



Tapuios bravios e caboclos de arco e flecha: uma análise da presença indígena no Piauí a partir de *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas

Hellen Beatriz da Silva Araújo Pereira

RESUMO

O período regencial foi um momento crucial para pensarmos as resistências e protagonismos indígenas. A Balaiada no Piauí contou com indígenas que atuaram como soldados armados intitulados caboclos, líderes militares, tapuios balaios e escravizados. Os soldados armados, muitas vezes recrutados à força, contrastavam com os tapuios balaios que se aliavam aos insurgentes. A presença de crianças indígenas escravizadas também revela a complexidade das relações de poder e resistência. Essa análise, é baseada no manuscrito *A Balaiada* de Clodoaldo Freitas (1894) e no periódico *O Telégrafo* (PI) de 1838 a 1841, que fazem menções aos povos indígenas, suas ações, reações e contribuições no levante ocorrido no período regencial, a Balaiada. No Piauí, foi reproduzido o discurso do extermínio indígena, mas ao contrário disso, encontramos os indígenas ativamente envolvidos nos levantes e conflitos armados, empreendendo múltiplas formas de resistência, com autonomia e articulação política combativa.

Palavras-chave

Balaiada; Caboclos; Clodoaldo Freitas; Indígenas; Século XIX.

TAPUIOS BRAVIOS AND CABOCLOS DE ARCO E FLECHA: AN ANALYSIS OF INDIGENOUS PRESENCE IN PIAUÍ BASED ON A BALAIADA, BY CLODOALDO FREITAS

ABSTRACT

The Regency period was a crucial moment for considering Indigenous resistance and leadership. The Balaiada rebellion in Piauí involved Indigenous people who acted as armed soldiers called caboclos, military leaders, tapuios balaios, and enslaved people. The armed soldiers, often forcibly recruited, contrasted with the tapuios balaios who allied themselves with the insurgents. The presence of enslaved Indigenous children also reveals the complexity of power relations and resistance. This analysis is based on the manuscript *A Balaiada* by Clodoaldo Freitas (1894) and the periodical *O Telégrafo* (PI) from 1838 to 1841, which mention Indigenous peoples, their actions, reactions, and contributions to the uprising that occurred during the Regency period, the Balaiada. In Piauí, the discourse of Indigenous extermination was reproduced, but contrary to this, we find Indigenous people actively involved in uprisings and armed conflicts, undertaking multiple forms of resistance, with autonomy and combative political articulation.

Keywords

Balaiada; Caboclos; Clodoaldo Freitas; Indigenous; 19th Century.

Introdução

Até a metade do Oitocentos, no período regencial, o Brasil vivenciou momentos marcados pela insegurança ocasionada pelos levantes da Cabanagem no Pará de 1835 a 1840, da Sabinada na Bahia de 1837 a 1838, a Revolta do Malês como uma revolta de escravizados no contexto de 1835 na Bahia, a Farrroupilha no Rio Grande do Sul de 1835 a 1845 e a Balaiada no Maranhão, no Piauí e no Ceará de 1839 a 1841. Tais acontecimentos questionavam a ordem social e política do Brasil, sendo uma série de conflitos de origem ideológica, social e étnica que vieram à tona nos mais diversos setores da sociedade. Entre os grupos protagonistas estavam os indígenas que se manifestavam veementemente nesses contextos de levante (MOREL, 2003, p. 33).

Como destaca Araújo (2015), em meados do século XIX, o Piauí foi sacudido pela Balaiada, movimento popular com dimensões políticas e sociais que se inseriu no contexto das revoltas do período regencial. As fronteiras haviam sido transpostas no Maranhão, trazendo o caos quase completo em toda província do Piauí e no Ceará.

Com a Balaiada, “Guerra dos Bem-te-vis”, ou “levante dos balaios”, como também é conhecida, fica notória a importância da revolta popular no contexto oitocentista, não só no território maranhense e não apenas a partir de uma única perspectiva. Entre as produções acerca do movimento que contou com a participação de mestiços, mulatos, sertanejos, indígenas e negros, o texto de Claudete Dias *Balaiada: a guerrilha sertaneja* ganha lugar na discussão, ele coloca em evidência à província do Piauí, nesse levante e contraria as primeiras visões historiográficas que reproduzem o discurso dominante de que a Balaiada só teve grandes efeitos na província maranhense. Contudo, de acordo com os materiais encontrados e com as publicações sobre o conflito, Dias (1995) destaca que o ponto inicial se deu na Vila da Manga (MA) e, na década de 1840, expandiu-se para o Piauí e para o Ceará.

Para além da complexidade do movimento de luta por independência, do envolvimento das mais diversas camadas sociais com seus distintos interesses, é mister considerarmos que na própria narrativa do acontecimento, encontramos múltiplas interpretações da Balaiada por diversos prismas. Dias (1995) faz referência à historiografia que tende para oficialismo aos romances históricos que destacam o ponto de vista dominante e caracterizam a Balaiada como uma revolta de bandidos, além do campo que narra a história do conflito a partir da participação do Piauí.

Ainda que os grandes intérpretes do movimento tenham mostrado engajamento em tecer

uma nova visão da Balaiada a partir do que também ocorreu no Piauí, pouco se fala – ou nunca se foi falado – da dinâmica e intensa participação indígena nesse contexto de levante popular. Afinal de contas, eram os mesmos intérpretes que elaboraram a História do Piauí, que a produziram a partir da perspectiva da história oficial dos grandes homens, que delegaram às representações e expressões indígenas no Piauí uma penumbra de extermínio e esquecimento.

Como destaca Teresinha Queiroz, a partir das análises dos escritos do intelectual Clodoaldo Freitas em *A Balaiada* de 1894, a narrativa e as disputas pela memória se expandem, e são abertos os horizontes para começamos a questionar e a se contrapor à narrativa oficial que foi construída sobre a guerra a partir da heroicização e dos simbolismos. Freitas foi um dos grandes intérpretes da história do Piauí, nascido em Oeiras no ano de 1855, dedicou-se à produção de críticas históricas, religiosas e políticas, assim como romances, novelas e poesias, faleceu em 1924 e deixou um grande acervo de obras inéditas, sendo *A Balaiada* uma dessas. A obra em questão permaneceu desconhecida do grande público até 2019, mas hoje nos revela os entrelaces da guerrilha, destacando a importância da memória e das fontes orais para a produção do manuscrito.

Ainda que não tenha se dedicado a dar destaque à participação indígena na Balaiada, no manuscrito, Clodoaldo Freitas nos dá elementos para construção de uma história a contrapelo que se opõe à história oficial e revela o acontecimento do ponto de vista dos vencidos, como nos indica Walter Benjamin em *Teses sobre o conceito de História – Tese VII*. Identificamos a necessidade do texto de Clodoaldo Freitas “ser escovado a contrapelo”, que é recusar toda identificação com os heróis e vencedores e ressignificar os acontecimentos históricos levando em consideração que o passado permanece presente na memória das classes e das comunidades étnicas, ainda que a tradição dos vencedores e a tradição dos oprimidos possam se opor inevitavelmente (Benjamin, *apud*. Lowy, 2005, p. 70-82).

Percebemos que nossa função como tecelões da narrativa historiográfica está para além de meros contadores de histórias. Dessa forma, empreendemos uma reflexão a partir do texto do Clodoaldo Freitas na tentativa de revelar novos horizontes e novas interpretações que incluem os elementos para analisar a presença indígena na Balaiada e no Piauí oitocentista, ainda que as pretensões de Clodoaldo Freitas se distanciassem dessa proposta.

Com o avanço das novas pesquisas, a historiografia sobre os indígenas no Brasil tem diversificado os olhares sobre a História, potencializando nas narrativas os protagonismos, as participações e o envolvimento indígena nos diversos contextos e acontecimentos históricos. Nesse sentido, este artigo busca proporcionar a reflexão sobre a participação indígena na Balaiada, destacando o movimento como dinâmico e complexo, assim como suas

interpretações. É a partir do manuscrito de Clodoaldo Freitas de 1894, publicado pela Academia Piauiense de Letras em 2019, que analisamos a participação indígena na Balaiada no Piauí, destacando a importância potencializadora das pesquisas contemporâneas em diversificar as interpretações e incluir vozes historicamente marginalizadas, como os indígenas, que também desempenharam um papel significativo nos levantes no contexto oitocentista.

Este texto pretende apresentar a heterogeneidade indígena presente no Piauí do século XIX, destacando sua diversidade, seu envolvimento como soldados armados, líderes militares, *tapuios* balaios e escravizados. Essa heterogeneidade é fundamental para entender as dinâmicas, as ações e reações autônomas dos indígenas e como eles interagiram às ocorrências de seu tempo. Os soldados armados, muitas vezes recrutados à força, contrastavam com os *tapuios* balaios que se aliaram aos insurgentes. Além disso, a presença de crianças indígenas escravizadas revela a complexidade das relações de poder e resistência, assim como a evidente participação indígena na liderança das tropas militares. Desse modo, a análise feita a partir do manuscrito de Clodoaldo Freitas, que faz algumas menções aos indígenas como forças coadjuvantes na Balaiada, para tanto utilizamos também fontes hemerográficas, como o Jornal O Telégrafo (1839-1841) disponibilizado na Plataforma da Biblioteca Nacional, que tornou possível a reflexão sobre as múltiplas ações e formas de resistências dos diferentes grupos indígenas, assim como suas contribuições no levante ocorrido no período regencial.

“Caboclos nus, armados de arcos e flechas”

Os indígenas no período regencial adotaram múltiplas formas de expressão política, visto as características sociais, raciais e étnicas dos conflitos que marcaram as sociedades brasileiras do Oitocentos. Crescem as produções que destacam o envolvimento indígena nos conflitos e guerras de resistência às opressões e explorações no período imperial. No nosso caso, além de refletirmos sobre a resistência indígena no Piauí na Balaiada, buscamos também discutir sobre a dinâmica da sociedade e da própria constituição das identidades étnicas no século XIX. Aqueles que, para a “história oficial” e nas legislações provinciais, haviam sido aniquilados e extintos, fadados ao esquecimento, ressurgem como sujeitos e protagonistas de suas próprias histórias tendo participação ativa no movimento da sociedade brasileira.

Foi pelo investimento intelectual e político no século XIX que o silêncio e o apagamento desses sujeitos foram fabricados, consolidando o discurso do extermínio e de que foram povos que ficaram estagnados no passado. Mas, a História sobre os indígenas que buscamos refletir

neste breve texto não é essa. O intenso diálogo entre Antropologia na História nos ajuda a desmistificar concepções que por muito tempo estiveram cristalizados no nosso imaginário. Urgia a necessidade de ultrapassarmos os discursos do extermínio.

Observemos o que fala João Paulo Peixoto Costa sobre as expressivas ações indígenas na Balaiada no Ceará. Nesta província, os indígenas da região da Ibiapaba, na fronteira com o Piauí, atuaram no conflito com interesses distintos, com alguns envolvidos no movimento rebelde e outros atuando em sua repressão. O autor João Paulo Peixoto Costa nos dá indicativos para que pensemos em uma diversidade étnica e uma heterogeneidade de objetivos políticos em relação aos povos indígenas. Contrariando discursos de que não havia mais indígenas em determinadas regiões do país, como no Ceará e no Piauí, nos é apresentada outra versão da História, em que o discurso de extermínio indígena fabricado no século XIX não passou de uma falácia. Os indígenas estavam ativamente envolvidos nos levantes e nos conflitos armados, empreendendo múltiplas formas de resistência, com autonomia e articulação política.

No Piauí, de acordo com Araújo e Costa (2024), o discurso do extermínio foi operacionalizado e perpassou as questões de etnia e identidade. Os fatores se ligavam aos aldeamentos e à miscigenação e estavam em consonância com o que almejava as elites locais, a extinção dos povos indígenas como grupos étnicos, tendo em vista os interesses de usufruto da sua força de trabalho e das terras que os povos indígenas ocupavam, que eram suas por direito.

Moreira (2010) discute que a abordagem nacionalista reproduzida no século XIX construiu raízes profundas na política nacional na sociedade e na própria historiografia, já que o que foi destacado no Oitocentos por muito tempo foi a construção de uma *nação sem índios*. Assim, esses indivíduos foram por muito tempo camuflados e tiveram suas formas de atuação política invisibilizadas no cenário político da época (MOREIRA, 2010, p. 69). Contudo, é fundamental considerarmos as novas produções sobre a História dos indígenas na contemporaneidade, aqueles que outrora estavam tidos como extintos, reaparecem por meio de rica documentação do século XIX.

Outro ponto que Moreira (2010) destaca é que nos debates políticos da época refletia-se uma visão utilitarista e mostrava-se uma preocupação em encontrar a melhor forma de aproveitar a força de trabalho indígena. Desde o período colonial e imperial, faziam com que os indígenas continuassem sendo percebidos como um contingente mal aproveitado (MOREIRA, 2010, p. 56), considerando a lógica do trabalho. Esses debates reproduziam a visão utilitarista dos colonizadores, que viam os indígenas principalmente como uma fonte de trabalho, ignoravam a heterogeneidade e a complexidade de suas sociedades, tratando-as de

maneira homogênea e negligenciando suas especificidades culturais e modos de vida autônomos. Nesse sentido, para a melhor obtenção de sua força de trabalho, no século XVIII, o Diretório dos Índios foi concebido, tendo como objetivo central a utilização da mão de obra indígena para sua civilização. As aldeias passaram a ser convertidas em centros de captação do trabalho indígena.

Claudete Dias (1995), em *Balaiada: a guerrilha sertaneja*, menciona sobretudo a participação do Piauí na Balaiada. Na produção mencionada, a autora destaca a formação das trincheiras às margens do Parnaíba e a empreitada para conter os rebeldes no Maranhão. Com a intensificação do levante, urgiu a necessidade de manutenção das tropas, o que fez com que o recrutamento militar, que já era estratégia em todo país, fosse mecanismo de obtenção de força militar a partir das camadas populares. O recrutamento foi utilizado como elemento de opressão e intensificado no contexto da Balaiada pelos governos provinciais contra os indígenas, os mestiços e os negros.

Na guerra puderam ser registrados um grande contingente de violências e abusos, destacando, portanto, a estratégia do recrutamento como uma política arbitrária comumente usada na arena das disputas políticas. Não só o recrutamento, como também as migrações compulsórias, caracterizavam-se como opressão no contexto. No Ceará, Xavier (2015) menciona que, na ação de conter os balaios na região da Ibiapaba, o governo não hesitou em utilizar o recrutamento como estratégia de controle, temendo que a revolta se expandisse ainda mais. O exemplo dado pelo autor destaca o caso dos indígenas do Buriti como modelo de resistência ao recrutamento militar no período da Balaiada (XAVIER, 2015, p.159). Para Dias, o recrutamento militar experienciado no Piauí atingia basicamente as camadas pobres, sendo esse um instrumento opressivo e de submissão dos mestiços, negros, indígenas e da “arraia miúda” ou “ralé”, como eram identificados nas documentações oficiais e nas correspondências entre as autoridades diversas do Piauí (DIAS, 1995, p. 8).

Clodoaldo Freitas narrou sobre as expedições empreendidas e comandadas pelo Major José Martins ao Sul, assim como aqueles pelos quais o presidente da província, o Visconde de Parnaíba, confiou para ficar à frente das forças piauienses, o genro e sobrinho Major Manuel Clementino de Sousa Martins e o coronel Cid (FREITAS, 2019, p.20). Nesse trecho do trabalho de Freitas, a participação indígena não passa despercebida.

Como uma crônica elaborada com intensa crítica, descreve as ocorrências da guerra. Freitas detalha que saíram o prefeito e o Major José Martins de Sousa com seus agregados e alguns recrutados marchando para Manga (atualmente, distrito de Florianópolis). Clodoaldo Freitas menciona a ação do capitão Francisco Silva, que estava à frente dos 400 homens bem armados

e acompanhados por “um grande número de caboclos nus, armados de arcos e flechas”. Esses caboclos estavam sob a direção de um deles, registrado no manuscrito como capitão Joaquim (FREITAS, 2019, p. 70). Há ainda registro de uma escolta formada por 40 soldados e 8 caboclos que acompanhavam até a vila de Pastos Bons o cadáver do capitão Piauilino, morto em combate (FREITAS, 2019, p.71).

Os referidos trechos do manuscrito de Clodoaldo Freitas fazem com que compreendêssemos que, durante a Balaiada, os indígenas desempenharam papéis diversos, revelando a heterogeneidade desses indivíduos no Piauí. Os mencionados recrutados eram possivelmente egressos dos antigos aldeamentos, envolvidos na repressão por cooperação ou por coerção.

Escrito no final do século XIX, o termo “caboclo” pode ter sido utilizado no manuscrito de Clodoaldo Freitas como um mecanismo estratégico para negar a identidade étnica dos povos indígenas. Essas estratégias não estavam distantes da realidade local, afinal, a proposta assimilacionista tinha o objetivo claro de deslegitimar as identidades étnicas a favor da integração e da miscigenação dos povos. No entanto, ainda que recategorizados, os indígenas continuaram a aparecer nos registros de meados do Oitocentos. Os contemporâneos da guerra que a narraram décadas depois não ignoravam a atuação desses povos que, pelos arcos e flechas e pela forma como se apresentavam, era indubitavelmente indígenas.

O texto de Freitas não nos permite conhecer mais detalhes: de onde vieram e sob que condições foram recrutados? Vieram da vila de São Gonçalo (localizada a cerca de 150 km da Manga), antigo aldeamento dos Akroá e dos Guegue? Foram convocados sob as ordens da Guarda Nacional, ou de outro arranjo? O capitão Joaquim era remunerado por sua patente? Por este excerto sucinto é possível, pelo menos, perceber que a alegada extinção indígena não ocorrera no Piauí. Ao contrário, atuaram nas forças de repressão e mantinham sua própria dinâmica de hierarquia interna, representada pela liderança do capitão indígena Joaquim.

Major cabouclo: Antônio da Costa Campos

A atuação militar indígena no Piauí ultrapassa o marco das lutas pela independência, o que nos leva a repensar as condicionalidades do período e a atuação militar indígenas na província do Piauí ao longo do século XIX. Os indígenas não estavam alheios às efervescências políticas de seu tempo, pelo contrário, estavam ativamente atuando nos conflitos, seja do lado da oposição, seja do lado da repressão. Ainda que não exista muitas referências sobre a atuação

militar indígena no Piauí Oitocentista, João Paulo Peixoto Costas em sua tese *Na Lei e na Guerra: Políticas indigenistas no Ceará (1789-1845)* faz menção das dinâmicas e múltiplas participações de indígenas não só no Ceará, mas nas lutas no Piauí. Nesse sentido, não é incomum aparecerem registros na documentação do século XIX indicando a participação indígena nas guerras de resistência, e menções da presença de *caboclos armados de arco e flecha* nas tropas militares.

No Ceará, a Balaiada teve suas repercussões, contando com uma considerável participação militar indígena que partiam da Ibiapaba. E quanto ao Piauí?

Ao analisarmos o jornal de circulação local disponível na Biblioteca Nacional *O Telégrafo (PI) (1839-1840)*, encontramos indícios do envolvimento indígena no levante da Balaiada. São registros em que identificamos a existência de tropas sendo chefiadas por possivelmente, indígenas, que é o caso do intitulado *Cabouclo* Antônio da Costa Campos, conhecido também por Major Caboclo, que aparece no trecho abaixo:

Em 31 de Maio se havia incorporado no lugar das Cabeceiras a Columna ao mando do Major Comandante da 1ª Brigada, os capitães José Borges Leal, e Pedro da Costa com as partidas exploradoras do centro, que havendo percorrido além dos lugares mencionados no meu Ofício de nº antecedente, explorarão os denominados Genipapeiro, Gameleira, Cachoeira, Mancinho, Baixa da Inveja. Bôa-Vista, S. Christovão, Olho d'água e Retiro acrescentando terem neste giro colhido mais de 28 rebeldes apresentados, 21 mulheres, 66 meninos, um morto, algumas Cavalgadas, e trinta e tantas armas de fogo, e quarenta escravos, que foram entregues a seus respectivos donos, sendo apresentados mais 18 Bentiviz no lugar das Cabeceiras, e trez ao Capitão Borges quando por doente se retirou ao Ponto Alto, os quais pertencem a 1ª Linha de Pernambuco, estes haviam sido prisioneiros dos Rebeldes na Povoação das Areias, e comandavam na tropa do intitulado Major Caboclo: um ofício deste mesmo caudilho de data de 8 do mês que lhe foi fatal, e que vai junto por cópia, confirma o que já sabíamos por ditos de prisioneiros, e os resultados atestam a gravidade do golpe que os malvados tem recebido (O Telégrafo, 1840, p. 1).

Nesse ofício publicado no *O Telégrafo (PI)* em 1840 identificamos um pouco da dinâmica da passagem de tropas nos locais estratégicos e que compunham zonas de influência militar. Indo além dos detalhes das ações militares nessas determinadas regiões que vão desde o lugar das Cabeceiras a Boa-vista, o que chama atenção é a presença do intitulado “*Major Cabouclo*” que nos dá possíveis indícios da participação indígena nos conflitos da época. Ainda que o trecho não apresente maiores detalhes da atuação indígena, podemos destacar que a menção do termo, nos leva a crer que havia no meio das forças rebeldes comandantes indígenas que estavam a frente de tropas no contexto da Balaiada.

O destaque do intitulado Major Cabouclo nos direciona a perceber a partir de uma outra perspectiva, o desenrolar do levante que teve influências do liberalismo popular. Essa releitura crítica dos documentos oficiais amplia a nossa compreensão sobre as múltiplas formas de

atuação dos povos indígenas, contemplando sua diversidade étnica, as demandas políticas próprias e o modo em que se envolviam ao lado dos rebeldes. A partir disso, evidenciamos a partir dessa atuação, além da complexidade da composição étnica e social dos indivíduos atuantes no movimento de resistência, é que eram indígenas no comando de ações militares, sujeitos que, outrora, eram identificados pela historiografia piauiense como nos rastros da extinção, e que partir da leitura a contrapelo as documentações da época e mediante a uma nova perspectiva, são evidenciados como sujeitos heterogêneos, estratégicos e que possuíam uma articulação política combativa.

Na mesma seção, observamos com mais detalhes o envolvimento desse líder militar caboclo.

Minhas colunas exploradoras das Matas do Egipto ao mando do Major Antônio de Sousa Mendes, comandante da 1ª brigada, têm em seguimento do maior nº dos Rebeldes, atido até o dia 18 por quatro vezes o Caboclo Antônio da Costa Campos, intitulado Major, que perdeu no último ataque 6 mortos dos malvados de seu séquito, e uma inocente criança, que por acaso entre os mesmos foi baleada: são poucos já os do seu maior conceito, que o seguem, além da mulher, filhos, e alguns escravos alheios, cairão em nosso poder, a filha mais moça de Manoel Alves Campos, que seguia a comitiva do outro Campos, e bem assim 21 animais cavallares, 43 mulheres, 16 rebeldes presos, 6 apresentados, 7 escravos, e toda bagagem de pouco valor, que levavam em troca de que se tem apossado os soldados: os destroços destes encontros tem compelido do referido Caboclo, segundo dizem os prisioneiros, a determinar [...] seus crimes, que procurassem seus rumos, que ele procuraria o seu, que pelo contrário seriam todos agarrados, pelo trilho, que deixavam nas Matas. Tão fatais tem sido as minhas operações aos Rebeldes, como infelizmente ocasionado terrível mal aos inocentes, morrendo muitas crianças à fome e o mesmo se diz das mulheres, das quais algumas têm sido achadas moribundas, os mesmos homens só vivem de Palmito, por não acharem gado, e nem tempo para procurarem, ou de pouco se encontra, e de contínuo sobressalto pelas correrias das tropas, fogem espavoridos (O Telégrafo, 1840, p.1-2).

O relato da participação do Major Caboclo Antônio da Costa Campos é evidente, e destaca que durante os ataques, além dos inimigos combatidos, uma “inocente criança” foi baleada por acidente, muitas crianças estavam envolvidas no contexto de conflito, junto aos pais, e grande parte delas estavam em condições de risco, judiadas pela fome. As mulheres como o trecho apresenta se achavam moribundas, algumas eram capturadas, outras eram presas e haviam aquelas que corriam o risco de serem “agarrados”. Essas operações militares e os confrontos internos atingiam homens, mulheres, crianças e escravos.

Tapuios e escravizados

Além dos indígenas recrutados pela repressão, havia grupos que acobertavam a fuga e davam apoio aos balaios. Os capitães à frente do Riacho dos Cavalos acreditavam que os balaios

já não ofereciam tanta resistência quanto no início do levante, como menciona Freitas, pois estaria sem chefes, nus, descalços, famintos e desmotivados. Houve aqueles que empreenderam fuga pelas matas, enquanto se iniciavam as buscas para capturá-los. Chegou a notícia ao inferior Luiz Carlos Pereira Bacelar, que “os rebeldes se achavam homiziados nas matas com os tapuios” na ribeira do rio Uruçuí.

O inferior Luiz Carlos Pereira Bacelar, com 23 praças montadas, foi mandado até a Promissão, onde soube que os rebeldes se achavam homiziados nas matas com os tapuios. Penetrando na mata encontrou uma partida de balaios, dos quais matou seis³. Por conseguinte, enquanto a tropa de Bacelar dormia à noite, “uma maloca de índios os cercou, se limitando a tocar uma buzina e a retirar-se sem agredi-los. O inferior, amedrontado com os índios, voltou, depois de ver gastos oito dias nessa excursão” (FREITAS, 2019, p. 85). Se há muitas dúvidas a respeito das tropas indígenas recrutadas pela repressão à Balaiada, sobre os chamados *tapuios* elas são ainda maiores. De que grupos faziam parte? Quais interesses tinham e como se dava sua relação com os balaios? Notamos, ainda assim, que se constituíam enquanto uma força temida pelas autoridades, inclusive militares. Como veremos a seguir, tinham bons motivos para se aliarem aos rebeldes.

Clodoaldo Freitas não descreve os balaios como um coletivo, mas como uma massa difusa e informe, visto que havia homens adultos, mulheres e crianças. Há de se considerar também que os escritos de Freitas apontam a identificação de um elevado número de crianças que eram apreendidas e submetidas a abusos e até mesmo a escravidão. As estratégias da batalha seguiam baseadas na política de terra arrasada e nas formas de se desvencilhar dos inimigos, que eram as mais cruéis, não poupando nem mesmo crianças ou mulheres.

Terezinha Queiroz menciona que, a partir de Clodoaldo Freitas, faz-se conhecido os crimes sexuais, os castigos e a adoção de múltiplas formas de disciplinamento e punição. O trato com os sujeitos do conflito era semelhante às formas de tortura e as consequências da contenção das forças rebeldes eram também fazê-los escravos e submetê-los aos serviços dos dirigentes. Para escapar da captura, muitos empreendiam fuga mata à dentro (QUEIROZ, 2019, p.114).

De acordo com Freitas (2019):

Os resumos quantitativos constante dos comandantes das forças legais são ricos quanto a essas composições. Mulheres e crianças quase sempre são a maioria nesses contingentes que incluem presos, apreendidos, escravos encontrados ou apenas identificados como tais, mulheres de todas as idades (mães, filhas, esposas, parentas) e sobretudo um elevado número de crianças assim são considerados os menores de 12 anos (...) a presença de mulheres e crianças na Balaiada está muito bem configurada na correspondência dos juízes de órfãos. Essas autoridades demonstravam desconforto e até desespero face às condições de sobrevivência de centenas de desprotegidos no final e no pós-Balaiada (Queiroz, 2019, p. 116-118).

Como consequência, os Juizes de Órfãos tinham como desafio no final da Balaiada proteger essas crianças. Clodoaldo Freitas (2019) recorda os dados parciais que correspondiam ao final da batalha, comandada por José Martins de Sousa que foram levantados por Odilon Nunes. Na mata de Curimatá e Egito, localizada na estrada do Estanhado, pertencentes ao termo de Campo Maior, também foram registradas resistências às forças do governo. A mata de Curimatá e Egito foi uma região estratégica que era composta por habitantes solidários com os balaios. Como destaca Nunes (2007), Francisco de Oliveira Rocha, juiz de paz de Barras, reporta a Morais Cid a condição dos meninos apreendidos naquelas circunvizinhanças, indicando que:

(...) destes têm morrido depois de chegados nesta povoação e estão quase todos em termos de morrer de fome, eu vendo que todos vinham a morrer dei muitas crianças a algumas pessoas que melhor pudessem subsistir e criá-las com melhor educação (NUNES, 2007, p. 113).

Segundo Moreira (2022), a Carta Régia de 12 de maio de 1798 e a Carta Régia de 13 de maio de 1808 desempenharam papéis cruciais na política de submissão e de controle dos indígenas no Brasil imperial. A tutela orfanológica estabelecida em 1831 foi diretamente inspirada pela Carta Régia de 1798, que aboliu o Diretório dos Índios no Grão-Pará e delegou aos indígenas a condição de órfãos, permitindo que fossem submetidos à tutela de particulares até a vida adulta. Esse sistema era, na prática, uma forma encoberta de cativo e escravidão (MOREIRA, 2022, p. 393).

Além disso, a Carta Régia de 1808, assinada pelo príncipe regente D. João VI, legitimava a guerra ofensiva contra os indígenas Botocudos nas regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, autorizando e justificando a violência no contexto da consolidação do Estado Imperial. Tanto a Carta Régia de 1808 quanto a tutela orfanológica foram estratégias de submissão e controle dos povos indígenas, refletindo uma continuidade nas políticas de colonização e exploração.

No que se refere às crianças que estavam sob a tutela orfanológica, estas ficavam sob o cuidado de particulares. Contudo, embora destinada oficialmente para proteger e educar, esta estratégia se apresentava como uma forma de camuflar o tráfico de crianças indígenas as quais comumente eram vendidas como escravas ou entregues a particulares como autorizava o regime de tutela. No manuscrito de Clodoaldo encontramos um registro a esse respeito. Uma tropa governista, que passava entre a ribeira do Uruçuí e a vila de Jerumenha, apreendeu um casal de moradores e “dois caboclos bravios, ainda pequenos, que fugiram” (FREITAS, 2019, p. 87).

Notemos como as nomenclaturas se misturam: *índios*, *caboclos*, *tapuios* e *bravios*

carregavam quase o mesmo significado no final do Oitocentos, ainda que historicamente se referissem a grupos bastante distintos. Ainda que *tapuio* tradicionalmente correspondesse aos grupos não-Tupi, passou a se referir, no decorrer do século XIX, aos indígenas ditos *bravios*, ou seja, aos povos autônomos não conquistados. No entanto, no texto de Freitas, todos, integrados ou não, eram *índios* ou *caboclos*.

O balaio semântico formado por Freitas não esconde a heterogeneidade indígena em território piauiense durante a Balaiada. Além dos grupos recrutados – integrados há muito tempo à sociedade não indígena, batizados com nomes em português, como era o caso do capitão Joaquim –, havia também povos autônomos, lutando pela defesa de seus territórios e formas próprias de vida. Por isso, sofriam violências de toda sorte, inclusive a escravidão de crianças, ainda praticada no século XIX e pouquíssima conhecida da historiografia contemporânea, principalmente a piauiense.

Considerações finais

O Piauí possuía uma sociedade formada a partir da pecuária e da escravidão, ainda que muitos tendem a acreditar em sua brandura. Segundo Brandão, a escravidão se fez presente no Piauí desde o seu desbravamento territorial, destacando-se em duas formas: uma voltada à empresa de saque, fonte fornecedora de escravos indígenas, e a outra referida ao emprego de escravos não apenas *tapuias*, na economia local, visto que além de serem peças militares, tinham serventia na agricultura de subsistência (BRANDÃO, 2015, p. 125-126). No Piauí, a demanda de escravizados negros, mestiços e indígenas fazia da coerção, da repressão e da violência as principais formas de controle em uma sociedade fundamentada no escravismo.

Com as transformações que aconteciam ao longo do século XIX e as continuidades coloniais, Moreira (2020) menciona que existiam questões que afetavam diretamente os diferentes povos indígenas: a conquista territorial, a colonização e, agora, a organização do mundo do trabalho. Ainda que a Carta Régia de 13 de maio de 1808 tenha sido revogada em 1831, juntamente com a guerra justa, tal prática continuou sendo comum em quase todo país. Os indígenas, a partir da Lei de 27 de outubro de 1831, passaram a ficar sob tutela de particulares.

Em um contexto de Guerra, notava-se nas mais remotas regiões do país formas de escravidão e, como menciona Moreira (2022), tráfico de pessoas nos campos de batalha, como poderíamos apontar no contingente indígena de crianças, mulheres e homens vencidos que

também eram submetidos a punições e ao trabalho de natureza compulsória. Os indígenas que agiram no Piauí da Balaiada não responderam só politicamente pelo uso violência, mas agiam em defesa dos seus interesses e contra as formas de opressão e exploração.

A contribuição de Clodoaldo Freitas, através da obra organizada pela Academia Piauiense de Letras, *A Balaiada*, produzida a partir do manuscrito de 1894, e a documentação disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foram instrumentos indispensáveis para a reinterpretação da História Indígena no Piauí. E mais que isso, foi através dos fragmentos do passado em articulação com as demandas do tempo presente que entramos subsídios para nos contrapor a crônica do extermínio indígena no Piauí, evidenciando a partir de uma nova perspectiva a História Indígena no Piauí e seus protagonismos.

Referências

ARAÚJO, Johny Santana. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, nº33.2, ISSN 0102-94, 2015.

ARAÚJO, Hellen Beatriz da Silva; Costa, João Paulo Peixoto. A construção da narrativa do extermínio da população indígena no Piauí (Década de 1830). **O mundo rural em movimento: perspectivas contemporâneas**. ROCHA, Cristiana Costa da; LIMA, Solimar Oliveira; COSTA, Lia Monnielli Feitosa (Org.). **Coleção Sertões dos Brasis**; v. 6. Teresina: EdUESPI, 2024. p. 223-250

BRANDÃO, Tanya Maria P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**. Teresina: EDUFPI, 2018.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Antes as armas que o jugo: os índios do Ceará na Balaiada**. Sertão História, vol.1, n. 1 – junho, 2022.

DIAS, Claudete Maria M. Balaiada: a guerrilha sertaneja. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5 de novembro de 1995.

FREITAS, Clodoaldo. **A Balaiada**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil Imperial. **História Unisinos**, setembro/dezembro, 2020.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. O ofício do historiador e os índios: sobre uma aquarela no Império. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.30, nº59, p. 53-72, 2010.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí: a Balaiada**. v. 3. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

O **Telégrafo (PI) (1839-1841)**. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809985&Pesq=caboclo&pagfis=246> Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão**. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

Submissão em: 14/03/2025

Aceito em: 30/04/2026

Hellen Beatriz da Silva Araújo Pereira

Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Mestra em Sociedade e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI). É membro do Grupo de Pesquisa Povos Indígenas na História do Piauí e do GT Povos Indígenas na História da ANPUH Brasil; E-mail: hellenbeatrizdasa@aluno.uespi.br; Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1306-6575>